

O Design de Moda na LIBRAS: Uma ferramenta para a inclusão de surdos no Ensino Superior de Design de Moda

The Fashion Design in LIBRAS: A tool for inclusion of deaf people in Fashion Design Higher Education

Aline Maria Rodrigues Machado
Mestranda em Design, Educação e Inovação
Centro Universitário Ritter dos Reis. Brasil
alinemachadoucpel@gmail.com

Vinicius Gadis Ribeiro
Doutor em Ciência da Computação
Centro Universitário Ritter dos Reis. Brasil
vinicius@uniritter.edu.br

Daiane Pletsch Heinrich
Doutora em Engenharia Têxtil
Centro Universitário Ritter dos Reis. Brasil
daiaph@gmail.com

Resumo: Pretende-se através deste estudo promover a inclusão de alunos Surdos no ensino superior de design de moda, através do desenvolvimento de um dicionário de termos de moda na Língua de Sinais Brasileira. As metodologias utilizadas serão a bibliográfica e a de pesquisa-ação educacional na qual se desempenha um papel ativo na resolução de inclusão dos alunos surdos no estudo e compreensão de termos específicos do design de moda.

Palavras-chave: Design de Moda, Inclusão, LIBRAS.

Abstract: *The aim of this study is to promote the inclusion of deaf students in higher education of fashion design, through the development of a dictionary of fashion terms in the Brazilian Sign Language. The methodologies used will be the bibliographic and the educational action-research in which is developed an active role in solving inclusion of deaf students in the study and comprehension of specific terms of fashion design.*

Keywords: *Fashion Design, Inclusion, LIBRAS.*

INTRODUÇÃO

Segundo censo realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 9,8 milhões de brasileiros possuem deficiência auditiva, o que representa 5,2% da população brasileira. Deste total, 2,6 milhões são surdos e 7,2 milhões apresentam dificuldades para ouvir (IBGE, 2013).

As perdas auditivas podem ser classificadas quanto ao grau, de acordo com Carmozine e Noronha (2012), da seguinte maneira: pessoas com déficit auditivo são classificadas como perda da audição leve e moderada, com média limiares de 26 a 40 dB para leve, e média limiares de 41 a 70 dB para moderada. As pessoas com

surdez são classificadas com perda severa, com média limiares de 71 a 90 dB e profunda, com média limiares acima de 90 dB.

A lei federal 10.436, de 24 de abril de 2002, regulamentada pelo decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como a segunda língua oficial do Brasil e, de acordo com o decreto, surdos ou pessoas com surdez são aqueles indivíduos que, “por ter uma perda auditiva, compreendem e interagem com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras” (BRASIL, 2013).

Os surdos atualmente, cada vez mais, têm se destacado na sociedade, inclusive segundo Silva (2012, p. 104), “como doutores, mestres, professores, empresários, gerentes e universitários”. Isso se deve em grande parte à luta dos surdos por seus direitos como cidadãos e pelo reconhecimento da sua identidade e cultura surdas em vários âmbitos como, por exemplo: a família, a educação, a saúde e o mercado de trabalho, numa sociedade onde a maioria das pessoas são ouvintes.

Pretende-se a partir deste estudo, identificar aspectos relevantes sobre a educação dos surdos no Brasil, como era no princípio e como se encontra atualmente. Busca-se também, abordar a construção da Língua de Sinais Brasileira, com o intuito de valorizá-la como língua natural dos indivíduos surdos e, dessa forma, propor uma ferramenta que facilite o processo de inclusão dos alunos surdos no ensino superior de *design* de moda.

1 A EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL

No que diz respeito à educação, Lopes (2011), Santana (2007), Quadros (1997), Carmozine e Noronha (2012) afirmam que durante anos foi negado aos surdos o direito de reconhecimento da sua identidade e cultura surdas, pois lhes foram impostas práticas educacionais com referenciais nos ouvintes, com pedagogias corretivas em busca da normalização através de terapias, treinamentos orofaciais, protetização e implantes cocleares.

Com base em estudos realizados pode-se afirmar que a educação de surdos no Brasil compreende três fases. A primeira fase constitui-se pela educação oralista, fundamentada na “recuperação” da pessoa surda chamada de “deficiente auditivo”. O oralismo é uma proposta educacional que não permite que a língua de sinais seja

usada nem na sala de aula, nem no ambiente familiar e desconsidera questões relacionadas à cultura e sociedade surda.

A segunda fase é compreendida pelo bimodalismo, caracterizado pelo uso da fala e dos sinais simultaneamente. Quadros (1997), afirma que os sinais passam a ser utilizados pelos profissionais em contato com o surdo dentro da estrutura da Língua Portuguesa. Esse sistema passa a ser chamado então de português sinalizado. O bimodalismo é um sistema artificial considerado por muitos estudiosos como inadequado, tendo em vista que desconsidera a língua de sinais e sua riqueza estrutural, desestruturando também o português.

A terceira e atual fase é compreendida pelo bilinguismo que se caracteriza por ser uma proposta de ensino com o intuito de tornar acessível ao surdo duas línguas no contexto escolar. O bilinguismo propõe a aquisição da Libras como uma língua primeira (L1) e a Língua Portuguesa como uma segunda língua (L2). Estudos têm apontado para essa proposta com sendo a mais adequada para o ensino de crianças surdas, tendo em vista que considera a língua de sinais como língua natural e parte desse pressuposto para o ensino da língua escrita.

Segundo Quadros (1997), é importante que o professor considere a realidade psicossocial, cultural e linguística do aluno surdo e busque formas de adequar as suas metodologias de ensino ao bilinguismo, pois a compreensão do professor do que implica ser surdo é fator decisivo para a eficiente interação entre professor e alunos surdos.

Além disso, deve haver uma reflexão por parte dos profissionais sobre os fundamentos da educação e o direito de todos ao aprendizado. É necessário também observar que nem todos os surdos tiveram as mesmas oportunidades de aprendizagem em sua língua natural. Isso depende muito das práticas educacionais as quais foram submetidos, da sua própria visão do que significa ser surdo, de sua aceitação e identificação com a comunidade surda e, da língua de sinais. Vivencia-se, portanto, um momento de transição, pois ainda é comum em algumas escolas da educação infantil a utilização de métodos como o oralismo e o bimodalismo, práticas essas que fazem com que o surdo chegue ao ensino superior e encontre dificuldades de inclusão, porque não compreende Libras e possui baixa compreensão da Língua Portuguesa.

1.2 A CONSTRUÇÃO DA LÍNGUA DE SINAIS BRASILEIRA

A Língua de Sinais Brasileira é a língua de sinais utilizada pelas pessoas surdas que vivem no Brasil, o que o identifica como um país bilíngue.

De acordo com registros históricos, a educação de surdos no Brasil teve início durante o Segundo Império com a chegada do educador francês H Ernest Huet, o qual trouxe o alfabeto manual francês e a Língua de Sinais Francesa, desenvolvendo a Língua de Sinais Brasileira. Em 1857 Huet fundou, na cidade do Rio de Janeiro, o Instituto dos Surdos-Mudos do Rio de Janeiro, atual Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES). O Instituto inicialmente utilizava a Língua de Sinais, mas em 1911 passou a adotar o Oralismo puro, seguindo a determinação do Congresso de Surdos-Mudos de Milão. Mas, foi apenas na década de 1970, com as pesquisas da professora linguista Lucinda Ferreira Brito sobre a Língua de Sinais Brasileira e da professora Eulália Fernandes sobre a educação de Surdos, que o Bilinguismo passou a ser difundido em nosso país (HONORA; FRIZANCO, 2009).

Passados exatos onze anos após a Libras ser reconhecida como a segunda língua oficial do Brasil, ainda é necessário que “o velho discurso de afirmar que a língua de sinais é uma língua seja repetido para que se chegue à legitimação e ao reconhecimento por parte da sociedade como um todo, de que a língua de sinais é uma língua” (GESSER, 2009, p. 9). Segundo a autora é a legitimidade da língua que confere aos indivíduos surdos serem reconhecidos como portadores de uma cultura e identidade próprias.

As línguas de sinais são, portanto, línguas tão complexas e expressivas quanto às línguas orais. Elas permitem que seja expresso qualquer conceito seja concreto ou abstrato, emocional ou racional, complexo ou simples por meio delas. Trata-se de línguas organizadas e não de simples junção de gestos. São línguas vivas como todas as outras, pois estão em constante transformação com novos sinais, sendo introduzidos pela comunidade surda de acordo com a sua necessidade.

As línguas de sinais são consideradas naturais porque são sistemas linguísticos que passaram de geração em geração de pessoas surdas. São línguas que não derivaram das línguas orais, mas que surgiram e se desenvolveram, naturalmente, no meio onde vive a comunidade surda. Pessoas surdas de uma

determinada região encontram-se e comunicam-se através de uma língua de sinais de forma análoga a qualquer outro grupo sociocultural que utiliza a língua falada.

Segundo Quadros e Karnopp (2004 p. 26), “a produtividade ou criatividade de um sistema de comunicação é a propriedade que possibilita a construção e interpretação de novos enunciados”. Os surdos possuem a liberdade de agir criativamente, construindo um número infinito de enunciados de acordo com as suas necessidades.

Para Lopes (2011), admitir que a língua de sinais seja a língua própria dos surdos contribui para o entendimento da diferença surda como uma diferença cultural e não uma deficiência. Para o sujeito surdo, a língua de sinais não possui apenas repercussão linguística e cognitiva, mas também sociais, ou seja, a língua de sinais legitima o surdo como “sujeito de linguagem” e é capaz de transformar a deficiência em diferença.

1.3 A INCLUSÃO DE SURDOS NO *DESIGN* DE MODA

É cada vez maior o número de estudantes surdos que ingressam no ensino superior no Brasil. Segundo dados do Ministério da Educação (MEC), em 2003, apenas 665 surdos frequentavam a universidade. Em 2005, esse número aumentou para 2.428, entre instituições públicas e privadas (BRASIL, 2010).

Ao se deparar com um aluno surdo em sala de aula pela primeira vez muitas devem ser as indagações do professor, tais como: Como fazer as intervenções para promover a aprendizagem do aluno? Como planejar as aulas? O que posso fazer e o que não posso? Qual a melhor estratégia de ensino que visa permitir a inclusão do aluno surdo?

Primeiramente, o professor procurará conhecer a realidade do aluno portador de surdez, suas características culturais, linguísticas e sobre os seus processos cognitivos, mostrando Gesser (2012) que “um dos princípios do celebrado educador Paulo Freire é de que todo professor-educador deve começar com o conhecimento que os alunos já possuem na vida”.

Gesser (2012), também afirma que o professor deve pensar o uso, combinação e ou transformação de métodos de ensino, priorizando o contexto, a situação e as necessidades dos aprendizes. Portanto, antes de questionar-se quanto a que práticas educacionais deverá utilizar, o professor precisará buscar respostas

para as seguintes questões: Primeiramente quem é o aluno surdo? O que é Libras? O que é o bilinguismo? Como se dá o processo cognitivo nos surdos? Quais suas necessidades educacionais? O que a legislação provê para a inclusão dos surdos? Para depois propor metodologias de ensino-aprendizagem.

O Ministério da Educação elaborou alguns documentos para informar acerca das adaptações curriculares que podem ocorrer no âmbito educacional. Divididas em dois tipos, são conhecidas como adaptações curriculares de grande e pequeno porte. As adaptações de pequeno porte buscam permitir e promover a atuação mais efetiva dos alunos de inclusão no processo de ensino e aprendizagem. Não requerem autorização e independem de outras instâncias superiores da área da educação, seja ela política, técnica ou administrativa. É de suma importância, porém, que sejam levadas ao conhecimento da equipe técnica administrativa da unidade de ensino em que serão aplicadas, no caso a coordenação, direção da instituição de ensino. As adaptações de pequeno porte podem, também, estar relacionadas ao acesso curricular, objetivos, conteúdos, métodos e a avaliação da aprendizagem. Priorizam que o professor tenha condições de favorecer a experiência do aluno de inclusão na sala de aula, constatando assim, a diversidade presente no seu grupo escolar.

De acordo com o catálogo do Ministério de Educação e Cultura, para cursos Superiores de Tecnologia em *Design* de Moda, o *designer* de moda é um profissional que deverá estar apto para: elaborar e gerenciar projetos para a indústria de confecção do vestuário; desenvolver pesquisa de tendências de comportamento, cores, formas, texturas e acabamentos; desenvolver produtos de moda aplicando visão histórica, sociológica e prospectiva; elaborar portfólios e dossiês; representar graficamente suas criações; elaborar protótipos e modelos, e, analisar a viabilidade técnica do projeto (BRASIL, 2010).

Tendo em vista os aspectos abordados para a formação plena de um *designer* de moda, caberá à instituição de ensino propor e implementar adaptações curriculares de forma a garantir a inclusão dos alunos surdos.

Segundo Treptow (2007), “o *designer* de moda deve manter os olhos atentos às novidades da moda”. A indústria da moda é uma das mais globalizadas do planeta e se movimenta rapidamente, por isso, a cada temporada novos termos são criados e existe, portanto, a necessidade do *designer* manter-se atualizado.

A situação apresentada se traduz nas dificuldades encontradas pelos alunos surdos e também por seus intérpretes para a tradução de termos e expressões específicas da área do *design* de moda em Libras, pois além dos termos já existentes, novos vão surgindo a cada temporada.

Na Universidade Católica de Pelotas (UCPel), local onde será realizado o objeto deste estudo, existe o Projeto Desenvolvimento da Educação Surda UCPel, que atua desde 2003, visando integrar a universidade, de maneira eficiente, às múltiplas iniciativas de estudos pertinentes a educação de surdos. O referido projeto contribui para o aperfeiçoamento do processo de educação de surdos das seguintes maneiras: caracterizando as necessidades/dificuldades; acolhendo o aluno surdo na UCPel; qualificando docentes; proporcionando intérpretes; criando espaços de participação dos alunos na academia e na sociedade; propondo alternativas de soluções às dificuldades; valorizando o pedagógico; qualificando o processo de aprendizagem do aluno; oferecendo à comunidade situações de conhecimento da cultura surda.

O Grupo de Estudos Surdos (GES) está inserido no Projeto Desenvolvimento da Educação Surda UCPel, e realiza reuniões semanais com o objetivo de contribuir para a qualificação da aprendizagem no ensino/aprendizagem universitário do aluno surdo. Assim, torna-se oportuno expor que, em uma das reuniões, a primeira aluna surda do curso de Tecnologia em *Design* de Moda da UCPEL teve a ideia da criação de um dicionário de termos de moda.

Diante da necessidade identificada, pretende-se construir um dicionário de termos de *design* de moda em Libras/Português, como parte da dissertação de mestrado a ser realizada no Centro Universitário Uniritter dos Reis, na área de *Design*, Educação e Inovação.

Além do desenvolvimento do dicionário, pretende-se, também, estudar e propor métodos para serem aplicados em sala de aula pelos professores, a fim de possibilitar a inclusão do aluno surdo no ensino superior de *design* de moda.

Embora que o professor desenvolva o mesmo conteúdo curricular para todos os alunos, ouvinte e surdo, a diferença estará nas adaptações necessárias para atingir também o aluno surdo, uma vez que se entende que o papel do professor consiste em promover a compreensão das informações para todos os alunos, sem exceção.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para melhor adequar o ensino de design de moda a realidade do aluno surdo é necessário considerar a opinião do portador de surdez, para que ele indique quais são as suas reais necessidades antes que se busquem estratégias para melhorar as suas condições de inclusão.

No processo de inclusão dos alunos surdos no ensino superior é importante que os professores possam contar com o apoio pedagógico da instituição e serem instruídos como devem proceder e quais medidas podem ser tomadas, como adequação curricular e didática para tornar esse processo mais eficaz e buscar formas de adequar as suas metodologias de ensino ao bilinguismo.

No decorrer deste estudo percebeu-se que o estímulo visual é de fundamental importância para as pessoas com deficiência auditiva ou surdez, portanto o desenvolvimento de um material concreto e visual e com o alfabeto manual como legenda, servirá de apoio para garantir a assimilação de novos conceitos, podendo futuramente ser adotado por outras instituições de ensino que oferecem cursos em design de moda.

Referencial Bibliográfico

BRASIL. **Decreto nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 12 mai. 2013.

BRASIL. **Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002. Língua Brasileira de Sinais – Libras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm> Acesso em: 12 mai. 2013.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura – MEC. **Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia**. Ministério da Educação, Brasília, 2010. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=719&>>. Acesso em: 14 mai. 2013.

CARMOZINE, Michele M. e NORONHA, Samanta C. C. **Surdez e Libras: conhecimento em suas mãos**. São Paulo: Hub Editorial, 2012.

ENGEL, Guído Irineu. Pesquisa-ação. **Educar**, Curitiba: Editora da UFPR, n. 16, 2000, p. 181-191.

GESSER, Audrey. **O ouvinte e a Surdez**: Sobre ensinar e aprender Libras. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

GESSER, Audrey. **LIBRAS que língua é essa?** Crenças e preconceitos em torno da Língua de Sinais e da Realidade Surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. **Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais** – desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados>>. Acesso em 17 mai. 2013.

LOPES, Maura Corcini. **Surdez e Educação**. 2. ed. Rev. Ampl. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de Surdos** – A aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

QUADROS, Ronice Müller de e KARMOPP, Lodenir Becker. **Língua de Sinais Brasileira – Estudos Linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SANTANA, Ana Paula. **Surdez e Linguagem**: aspectos e implicações neolinguísticas. São Paulo: Plexus, 2007.

SILVA, AngelaCarranchoda. **Ouvindo o silêncio**: surdez, linguagem e educação. 3. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.

TREPTOW, Doris. **Inventando Moda** – planejamento de coleções. Brusque: D.Treptow, 2007.